

35º Encontro Anual da ANPOCS  
GT 35: Teoria política e pensamento político brasileiro

***Le Brésil e Le Brésil en 1889: o Brasil dos monarquistas às vésperas da república***

Gabriela Nunes Ferreira – Unifesp  
Maria Fernanda Lombardi Fernandes – Unifesp  
Rossana Rocha Reis – USP

*O Brasil veio a Paris não para se impor, mas para fazer a velha Europa constatar que ele não é indigno, pelos progressos que realizou, de entrar mais profundamente ainda no concerto econômico dos grandes Estados.*

Santa-Anna Nery

A partir de 1851, as Exposições Universais começaram a ser organizadas. As exposições eram eventos que buscavam retratar o desenvolvimento do mundo capitalista, mas também a diversidade desse mesmo mundo, agora integrado pelos meios de transporte e comunicação cada vez mais rápidos. Se os países europeus e os Estados Unidos, centros da civilização, mostravam suas máquinas e seu progresso material, outras regiões do globo se faziam representar pelo exotismo e pelas riquezas naturais.

Os pavilhões organizados pelos países ficavam montados durante meses, servindo para divulgar novas técnicas e mostrando as oportunidades abertas nos quatro cantos do mundo para um público ampliado. Como afirma Heloísa Barbuy, num mundo em que os meios de comunicação de massa ainda não existiam, as exposições acabavam por funcionar como “um veículo de comunicação de massa *avant la lettre*” (Barbuy, 1993, p.301).

Para o Brasil, a importância das Exposições foi se tornando mais evidente ao longo do século XIX. Ausente nas primeiras edições, vai marcar presença, durante a Monarquia, nas exposições de 1862 (Londres), 1867 (Paris), 1873 (Viena), 1876 (Filadélfia), e 1889 (Paris). O objetivo explícito era projetar uma imagem positiva do país, para que os capitais e os braços afluíssem para cá. Nesse sentido, chama a atenção o envolvimento direto do imperador D. Pedro II na organização dos pavilhões brasileiros: era praticamente uma política de Estado que se realizava por meio da construção de uma imagem do país para o público externo.

A participação na Exposição envolvia, além da montagem de um pavilhão – onde eram expostas as riquezas do país (naturais, artísticas ou técnicas) – a elaboração de material bibliográfico com informações variadas sobre o país. Em 1867, para a exposição de Paris, um texto de 130 páginas apresentava as riquezas do país; em Viena, em 1867, o

volume cresceria para 300 páginas.<sup>1</sup> Em 1876, na *Centennial*, realizada na Filadélfia, aumenta o número de publicações, bem como o próprio espaço do pavilhão. Além disso, o Imperador D. Pedro II, pessoalmente, abre a Exposição juntamente com o presidente Grant.

A exposição de 1876 provoca uma inflexão na participação do Brasil nesses eventos: o empenho do Imperador e de grupos brasileiros foi bastante grande. O fato de se ter uma exposição na América aumentava a importância do evento para o Brasil, que buscou se colocar ao lado do “irmão do norte”, visando um reconhecimento de sua posição no continente – e em especial no subcontinente da América do Sul. Nunca é demais lembrar que o Brasil, em 1876, era um país que havia vencido uma guerra no continente e imposto sua hegemonia militar aos vizinhos. Se ainda não havíamos atingido os níveis de civilização dos Estados Unidos – que agora podiam se colocar em pé de igualdade com os países europeus - , buscávamos mostrar que estávamos no caminho certo do progresso, afirmando nossa superioridade frente aos nossos vizinhos e, internamente, acenando para o fim da escravidão, já que a Lei do Ventre Livre tornava o desaparecimento dos escravos apenas uma questão de tempo.

A despeito dos esforços empreendidos, o saldo final da participação brasileira acabou sendo o reforço do exotismo: buscando mostrar suas potencialidades, o que o país tinha a oferecer ainda eram suas riquezas naturais. No pavilhão brasileiro destacavam-se os minérios extraídos da terra, o café, os vários tipos de madeira, plantas (ornamentais, medicinais etc) e a própria imensidão do espaço a ser ocupado por empreendimentos agrícolas. Na avaliação realizada dois anos depois acerca da participação do Brasil na exposição, chamava-se a atenção justamente para a necessidade de se construir uma outra imagem do país, que fosse além do exotismo: “o relatório enfatizava que não era possível continuar a nação iludida com as suas potencialidades naturais” (Pesavento, 1994, p. 164). Se quiséssemos ser vistos como uma nação promissora e progressista, seria necessário mostrar uma outra imagem, associada à urbanização, à industrialização e ao progresso técnico.

Em 1889, ano do centenário da Revolução Francesa, nova exposição foi realizada em Paris. Dessa feita, a participação do Brasil, independentemente dos problemas

---

<sup>1</sup> Em texto anterior analisamos a participação do Brasil nas exposições aqui referidas. Ver Ferreira, G. N; Fernandes, M.F.L. e Reis, R. R. (2010).

suscitados pela escolha do local<sup>2</sup>, foi amparada por um investimento ainda mais amplo que nas edições anteriores. Esse aumento do investimento pode ser medido pelos recursos envolvidos e também pelo material bibliográfico produzido, onde se destacam os dois livros aqui analisados: *Le Brésil* e *Le Brésil en 1889*.

Antes de pensarmos no material produzido para a exposição, é importante chamar a atenção para as mudanças no contexto brasileiro e internacional, a fim de entendermos os esforços produzidos pelo governo brasileiro na promoção do país no exterior.

A abolição, no ano anterior à Exposição, exacerbou algumas questões que já se colocavam anteriormente ao país: a ideia da inexistência de um povo brasileiro, a necessidade de mão-de-obra e as soluções imigrantistas, a reorganização econômica do país. Com o fim da escravidão, o problema da mão-de-obra se coloca de maneira mais clara: quem, agora que não haveria mais escravos, poderia suprir os braços que faltariam? A questão da falta de braços não era apenas numérica, mas também qualitativa, dizendo respeito à própria formação do povo brasileiro. Daí a imigração ser pensada não somente como uma solução para o problema do fornecimento de braços, mas também dentro da perspectiva de branqueamento da população, de acordo com a lógica das teorias raciais do século XIX.

Ao lado dessa questão, colocava-se também a necessidade de se atraírem capitais para financiar a modernização do país. Na década de oitenta, houve um crescimento dos investimentos externos diretos e de empréstimos ao país. O governo monárquico buscava, nesse momento, financiar o seu *déficit* orçamentário, bem como consolidar a conversibilidade em ouro do padrão monetário nacional. Junto com as necessidades internas, havia um ambiente externo favorável, com abundância de capitais a serem atraídos.

Em meio a essa conjuntura, a Monarquia sofria ataques cada vez maiores. A questão federativa estava na ordem do dia, entre outros temas relativos às reformas

---

<sup>2</sup> Para o regime brasileiro, 1889 era um ano incômodo: as referências externas e internas à revolução traziam o fantasma das derrubadas das cortes e famílias reais europeias, com as quais os dirigentes brasileiros possuíam laços de sangue. Para a única monarquia dos trópicos, o ano dedicado à “mãe das revoluções” perturbava ainda mais um ambiente que não era tranquilo. O Imperador D. Pedro II, apesar de estimular e contribuir para a participação do Brasil na Exposição de Paris, não se envolve diretamente, como em outras vezes. A organização desta feita coube a uma organização denominada Syndicat du Comité Franco-Brésilien, grupo privado formado por brasileiros e franceses, mas com a aprovação e o financiamento da monarquia brasileira.

políticas. Incapaz de empreender as transformações, o regime fragilizava-se e via suas bases sociais se erodirem - para o que também contribuiu o fim da escravidão.

Era em meio a esse contexto que o Brasil se preparava para a nova exposição universal. A avaliação negativa do relatório sobre a participação brasileira na *Centennial* também contribuiu para que mudanças mais substanciais fossem feitas, tanto no pavilhão, quanto no material bibliográfico produzido para o novo evento. Como havia sido apontado, era necessário mostrar algo mais que exotismo se quiséssemos adentrar ao rol das nações civilizadas e atrair os tão desejados braços e capitais. Para organizar a participação do Brasil na exposição, bem como o pavilhão, foi criado o Sindicato Franco-Brasileiro, que congregava brasileiros e franceses. Uma das principais iniciativas do grupo foi o financiamento de duas obras, uma dirigida por um brasileiro, outra por um francês, elaboradas especialmente para a Exposição, buscando apresentar o país ao mundo. São elas que buscaremos apresentar, em linhas gerais, neste trabalho.

### ***Le Brésil***

O livro *Le Brésil*, organizado pelo francês E. Levasseur, nasce de uma ampliação do verbete “Le Brésil” da *Grande Encyclopédie Française*. A primeira edição sai em 1889. Na pequena introdução, escrita pelo autor principal, há a explicitação do objetivo da obra: “Este vasto império merece ser mais bem conhecido na França do que geralmente é”. (2000, p.10) Excerto ampliado da *Encyclopédie*, os autores são franceses<sup>3</sup> na sua maioria, com a participação dos brasileiros Barão do Rio Branco, Eduardo Prado e o Visconde de Ourém.

Esgotada a primeira edição antes mesmo do final da Exposição, o Sindicato Franco-Brasileiro financiou uma segunda edição, desta feita corrigida em muitos termos pelo próprio Imperador D. Pedro II, como atesta Levasseur na nova introdução. Segundo o autor central, além das retificações, a parte sobre geografia física foi ampliada, anexos sobre a língua tupi e sobre instituições primitivas do Brasil foram acrescentados, bem como

---

<sup>3</sup> Levasseur é o autor central da maior parte dos pequenos verbetes e destaca a presença de E. Trouessart, doutor em medicina; Paul Mauray, do Museu de História Natural; Zaborowski, antropólogo; Henri Gorceix, diretor da Escola de Minas de Ouro Preto; além dos colaboradores da *Encyclopédie*.

gravuras, mapas e fotos – estas organizadas por Rio Branco, um álbum sobre as vistas do Brasil – enriquecem a nova edição, voltada à Exposição.<sup>4</sup>

A presença de Rio Branco no livro é quase tão grande quanto a de Levasseur, como atesta o segundo na introdução da primeira edição:

o Sr. Barão do Rio Branco [...], não é somente o autor dos capítulos sobre a história, a imprensa, as belas-artes e da maior parte do capítulo de antropologia, mas pelas pesquisas de erudição a que se dedicou, com numerosas notas que redigiu, e pela correção que fez, diversas vezes, nas provas, tem uma grande participação também na composição de toda essa obra.” (2000, p.10)

A despeito do reconhecimento, é Levasseur que leva os louros da confecção da obra.<sup>5</sup> Como estratégia, era importante que um estrangeiro fosse o responsável pela apresentação do país lá fora, já que isso poderia ser visto como imparcial. Era melhor que outros falassem do Brasil, de maneira insuspeita, como pode ser atestado pelas correspondências de Rio Branco – com o Imperador e com o Barão de Ramiz, por exemplo. Ao Imperador, Rio Branco afirma que

teve grande contentamento em poder concorrer para esse resultado, vendo afinal, em livro estrangeiro, uma notícia sobre o Brasil que, sem palavras inúteis, encerra grande cópia de informações, muitas inéditas, e que dará exata e lisonjeira ideia dos nossos progressos e da nossa civilização; notícia apresentada sob os auspícios de um nome europeu, como o de M. Levasseur, reunindo, portanto, para os estrangeiros, as condições de imparcialidade que são para desejar em trabalhos dessa ordem. (1957, p.63)

Já ao Barão de Ramiz, em respeito à seção “História”, Rio Branco afirma que “Levasseur queria que o artigo *História* figurasse apenas como meu, mas achei mais conveniente para a nossa terra que o nome dele também aí aparecesse.” (1957, p.50). Mais uma vez, percebe-se a intenção de usar o aval estrangeiro na apresentação do Brasil

---

<sup>4</sup> A edição que tomamos por base para analisar é a terceira, de 2000, já publicada em português, que toma por base a segunda edição da obra, alterando a distribuição das gravuras – antes em separata – pelo texto.

<sup>5</sup> Emile Lévasseur (1828-1911) era professor no *Collège de France*, onde ministrava as cadeiras de História das doutrinas econômicas e Geografia, História e Estatística Econômica, membro do *Institut de France* e também do *Conservatoire d'arts et de métiers*. Foi colaborador do *Journal des économistes* e, segundo Schumpeter (1994), foi o mais importante economista da tradição da história econômica francesa do período, tendo sua obra mais importante versado sobre a história das classes operárias francesas. (ver Gremaud, 2011)

ao mundo. O artigo em questão aparece como sendo de autoria exclusiva de Rio Branco na edição por nós trabalhada. Mas ele compõe, junto com outros, a seção maior “Geografia Política”, onde se encontram textos de Rio Branco, Cairu e conjuntos, de Rio Branco e Levasseur. De alguma maneira, a presença de Levasseur continuou garantida na segunda edição (que serviu de base para a edição brasileira de 2000).

*Le Brésil* encontra-se dividido em três partes, a saber: Geografia física, Geografia política (história, administração e população) e Geografia econômica, além de anexos e apêndices. Levasseur e Rio Branco assinam artigos em todas as seções, praticamente dividindo a autoria do livro.

A primeira parte, Geografia Física, tem a preocupação de mostrar em detalhes o território brasileiro, em todos os seus aspectos – relevo, geologia, clima, fauna, flora e, por fim, “tipos humanos do Brasil”, detendo-se a análise principalmente sobre os indígenas brasileiros. A seção “antropologia” é de autoria de Rio Branco e Zaborowski e ressalta a presença cada vez menor de grupos de fato selvagens no território brasileiro, chamando a atenção para a pouca importância que os grupos indígenas em geral possuíam no Brasil da época. Em relação à população como um todo, a despeito dessa questão ser tratada em outro momento do livro, os autores já buscam aqui mostrar que o futuro do país seria branco: “os índios e negros de pura raça acabarão provavelmente por desaparecer numa mestiçagem geral com a raça branca, reforçada cada dia pela imigração.” (2000, p.50)

Na maior parte dos capítulos relativos à Geografia física o que encontramos são longas descrições sobre as riquezas naturais, sobre a amenidade do clima em quase todo o território e sobre a exuberância da flora. De certa maneira, nessa parte da obra o exotismo é reforçado pelo olhar estrangeiro sobre a natureza brasileira. É de se notar que a maior parte dos textos aqui foram escritas por franceses – Rio Branco só entra nas duas últimas seções, “Antropologia” e “Explorações Científicas”. Mesmo assim, podemos encontrar – principalmente nos textos de Levasseur – uma preocupação em mostrar a atuação do governo brasileiro em questões como a definição das fronteiras, particularmente sensível aos franceses, já que um dos conflitos principais na época dizia respeito à delimitação da fronteira ao norte, entre o território do atual Amapá e da Guiana Francesa. É também um texto de Levasseur (sobre o clima) que busca minimizar uma questão que causava pânico nos candidatos à imigração e aos governos dos países

européus – as doenças tropicais: “a febre amarela, que se atribui à influência do clima e cujas devastações foram exageradas, é uma doença que foi importada no Rio de Janeiro em 1850.” (2000, p.17). Mais ainda, ela só “fustigou em certos portos” (2000, p.17).

As outras duas partes da obra – Geografia Política e Geografia Econômica – tem uma maior presença de Rio Branco nos textos apresentados. A primeira delas, Geografia Política, abre-se com o já referido texto “História”, de Rio Branco. Trata-se de uma versão menor do “Esboço de História do Brasil”, presente em *Le Brésil en 1889* e, posteriormente, editado em separado. A interpretação de Rio Branco aproxima-se da de Varnhagen, ao enfatizar a continuidade como marca da história brasileira, valorizando a herança portuguesa e a administração – colonial e imperial – que possibilitou a manutenção da união do país (Costa, 2005). Chama atenção, já ao final do artigo, a valorização da Conciliação – responsável pela pacificação interna do país – e dos conflitos no Prata, cuja vitória assegurou a pacificação externa. Nos dois casos, a monarquia aparecia como força fundamental para o progresso do país:

Há uma quarentena de anos, o Brasil, pacificado no interior, fez grandes esforços, sob a chefia do imperador D. Pedro II, para expandir a instrução, para elevar o nível de ensino, para desenvolver a agricultura, a indústria e o comércio, e para tirar partido das riquezas naturais do solo pela construção de vias férreas, pelo estabelecimento de linhas de navegação e por favores concedidos aos imigrantes. Os resultados obtidos desde o encerramento do período revolucionário são já consideráveis: em nenhuma parte da América, salvo nos Estados Unidos e no Canadá, o progresso foi mais rápido. (2000, p.68)

Logo após o texto de Rio Branco, há um pequeno, de autoria de Levasseur, sobre a emancipação dos escravos, tema extremamente importante para o país, que foi um dos últimos do globo a manter a “mancha do cativo”. A tônica do texto é, desde o início, a valorização da ação do Estado – em especial da Monarquia e, mais ainda, da figura do Imperador – na direção de todo o processo abolicionista. Levasseur, ao comentar a reação brasileira à Bill Aberdeen, que acabou reforçando a defesa da escravidão no país, afirma que, a despeito dessa reação, “formou-se pouco a pouco um partido abolicionista de que o imperador D. Pedro II, sem esquecer seus deveres de rei constitucional, foi o patrono perseverante.” (2000, p.69) O autor continua seu texto mostrando como a ação do Estado foi fundamental na superação da escravidão, instituição terrível mas necessária ao país. A ação gradual e segura é enfatizada, tendo sido a abolição “realizada



pacificamente no Brasil, sem custar uma gota de sangue” (p.70). Na comparação com os outros países, o Brasil se sobressaía, já que aqui a escravidão, por mais que tivesse perdurado, teria sido mais branda:

[...] os escravos, segundo o testemunho de um grande número de estrangeiros (Koster, A. de Saint-Hilaire, Gardner, Couty etc.), eram muito mais bem-tratados do que nos Estados Unidos e nas Antilhas inglesas e francesas. No Brasil, aliás, o preconceito de cor não existe como nos Estados Unidos e em várias colônias. (p.70)

O país, após séculos de escravidão, abria-se ao mundo com perspectivas bastante otimistas e era importante reforçar isso. Se problemas adviriam da transição do regime escravista para o de trabalho livre, estes poderiam ser superados com a imigração europeia e com o aproveitamento dos próprios ex-cativos e seus descendentes.

Há, a seguir, um longo capítulo sobre o Governo e a Administração, de autoria de Levasseur, Rio Branco e Ourém. Bastante detalhado, mostra de maneira pormenorizada as instituições e seu funcionamento, desde os municípios até o governo imperial. Com muitas estatísticas apresentadas ao longo do trabalho, busca retratar a evolução em números do Brasil, desde a descoberta até o final do XIX, enfatizando as transformações por que passava o país, notadamente a partir de 1850. Uma parte sobre as principais cidades foi acrescida na segunda edição, reforçando a importância do processo de urbanização que se acelerava no período. Na parte final do texto, provavelmente de autoria de Ourém, há uma detalhada exposição das finanças brasileiras, com os números dos orçamentos e das dívidas adquiridas pelo governo.

Nos capítulos seguintes, população (Levasseur), imigração (Rio Branco e Levasseur), instrução (Rio Branco e Levasseur) e imprensa (Rio Branco), pode-se destacar um tom mais crítico dos autores, tanto em relação à falta da produção de estatísticas – o único censo nacional foi em 1872 – o que dificultava o conhecimento e a intervenção no país. Em relação à imigração, aparece aqui novamente a defesa da imigração europeia como forma de povar (e branquear) o país, e uma crítica à política de imigração do país – a despeito de se reconhecer os esforços do governo imperial e de algumas províncias, notadamente São Paulo, na promoção da imigração. Além da defesa da imigração para o país, há também uma observação importante sobre o significado da vinda de europeus para cá do ponto de vista dos países europeus: o fluxo migratório é

importante também porque permite o desenvolvimento das relações comerciais entre os países. No caso do Brasil, o incremento do comércio com a Alemanha e a Itália eram decorrentes do aumento do fluxo de pessoas. Nesse sentido, a França de Levasseur teria muito a ganhar com a troca também.

Os textos finais dessa segunda parte são escritos por brasileiros e dedicam-se à língua e literatura (Eduardo Prado), belas-artes (Rio Branco) e música (Eduardo Prado). Os textos de Eduardo Prado são bastante descritivos e pouco elogiosos ou entusiasmados em relação à produção literária brasileira. O destaque de um gênero – os sermões – vêm acompanhado de um certo sarcasmo – “com efeito, fala-se muito no Brasil”(2000, p.128) – e de uma crítica à valorização dos cursos de Direito em detrimento de cursos com viés mais técnico, que seriam necessários para formar pessoas que contribuíssem para o desenvolvimento do país. Os elogios são dirigidos de maneira mais efusiva ao IHGB e à produção historiográfica brasileira, com destaque para Varnhagen. Já o texto de Rio Branco, que aparece também em *Le Brésil en 1889*, é, de longe, o mais crítico do autor. Já no início há a constatação de uma certa indignação brasileira no setor:

No Brasil, como na maior parte dos países da América do Sul, a cultura das artes não está ainda suficientemente desenvolvida. Pode-se atribuir essa insuficiência à falta de coleções e de modelos, ao pequeno número de professores, à ausência quase completa de educação artística nas classes dirigentes e, em consequência, ao pouco incentivo que elas concedem aos artistas de talento. (2000, p.130)

O pouco apreço às belas-artes nacionais continua ao longo do texto, com críticas aos pintores brasileiros – pouco criativos, restritos à arte do retrato, geralmente ignorando a própria natureza brasileira, que poderia ser retratada como fora pelos estrangeiros (Saint-Hilaire, Franz Post etc). Nesse aspecto, pelo menos, o Brasil ainda encontrava-se muito longe dos países civilizados e do padrão artístico deles. Para tanto, seria necessário reforçar os vínculos com a Europa para que pudéssemos progredir. Para isso, deveria haver uma atitude mais firme do governo brasileiro – que havia abandonado a Escola de Belas-Artes – na promoção dessa atividade:

Seria preciso recomençar a obra mal tentada por D.João VI, chamando ao Brasil, durante uma vintena de anos, professores estrangeiros, incentivando seus alunos, divulgando os estudos da arte do desenho e da história da arte, e formando pouco a pouco uma coleção de obras dos mestres. Numa palavra, seria preciso fazer o que fizeram em seus primórdios todos os países que ocupam hoje um lugar no

domínio da arte e que a antiga metrópole nunca soube fazer, apesar de sua vizinhança com a Espanha. (2000, p.140)

A terceira e última parte do livro é a que se reporta à Geografia Econômica, ou seja, onde se encontram textos sobre a produção agrícola e industrial, comércio, infraestrutura e política econômica. O primeiro texto, sobre as regiões agrícolas, ganha a assinatura de Levasseur, bem como os textos seguintes, sobre os produtos dos reinos vegetal, animal e mineral. Nesses textos, o autor descreve longamente as atividades de agricultura, mineração e extração realizadas no país, sempre chamando a atenção para o potencial ainda não totalmente explorado, principalmente pela “falta de braços” que deveria ser suprida pela imigração. O café e o açúcar ganham destaque como principais fontes de divisas para o Brasil e a província de São Paulo aparece como pólo em expansão que começa a concentrar a atração de capitais estrangeiros (bem como de imigrantes).

Os textos seguintes, relativos à indústria e às vias de circulação são escritos em conjunto, por Levasseur e Rio Branco. Apesar dos avanços obtidos nas últimas décadas e do crescimento da produção, os autores chamam a atenção para a necessidade ainda de se importar a maior parte dos produtos manufaturados consumidos no país. A indústria mais desenvolvida no Brasil ainda era aquela chamada de “indústria agrícola”, intimamente ligada à produção, como os engenhos, fábricas de tapioca, de vinho, de doces, de tabaco etc. Mesmo assim, Levasseur e Rio Branco fazem questão de apontar o progresso industrial brasileiro: “a maior parte das indústrias existe e, nas exposições universais, os produtos de certas usinas ou manufaturas puderam ser comparados sem desvantagem aos produtos da Europa.” (2000, p. 151) O texto seguinte, sobre as vias de comunicação, também é bastante descritivo, tendo como objetivo central mostrar que, apesar de todas as dificuldades – extensão do território, dificuldades do relevo ou rareamento da população – o Brasil progredia a olhos vistos e passava a integrar seu imenso território, seja pelas vias férreas, seja pela navegação dos rios e litorânea. Em relação às estradas de ferro, associam a ação do Estado, de particulares e a presença do capital estrangeiro como decisiva e mostram como a província de São Paulo avançou na sua produção e na exportação muito por conta da integração efetuada pelas ferrovias entre as áreas de produção e o porto de Santos.

O último texto do livro (sem falar nos anexos e apêndices) ganha o título de “Resumo do Estado do Brasil”, assinado por Levasseur. No curto texto em questão, aparece a imagem de um país florescente e central na América do Sul, que não encontra rivais a altura na região – apenas uma Argentina em ascensão, mas ainda não “ameaçadora”. O país que caminhava rumo ao progresso tinha no café e no açúcar suas principais riquezas e na superação da recente escravidão – e na reorganização do trabalho – seu maior desafio. Novamente a ação do Estado – em especial da Monarquia – é reforçada como central nos rumos positivos tomados pelo país e pela superação dos obstáculos, como a integração do território, a pacificação interna, a questão da escravidão e o financiamento externo. Como afirma Levasseur ao terminar a obra,

Com prudência, tempo e energia de trabalho, o Brasil superou parte dos obstáculos que retardavam o seu impulso; ele certamente superará os demais. Só então desfrutará todas as vantagens com que a natureza dotou seu imenso território e, graças à civilização e ao aumento de sua população, o conseguirá pouco a pouco valorizar todas as áreas suscetíveis de fornecer ganhos pela cultura, criação, exploração florestal ou indústria mineira.” (2000, p.168)

A escrita final de Levasseur faz com que se pense no objetivo maior da obra: mostrar o Brasil ao mundo não como uma nação exótica e tropical, mas como um pedaço da civilização fora da Europa, com identidade maior com os países brancos e cristãos do que com o resto do continente, servido por uma monarquia progressista e liberal que colocava o país, senão em pé de igualdade com os Estados Unidos, também “nação nova”, pelo menos no rumo do “irmão do norte”. No entanto, se atentarmos para a última frase do texto, os exemplos de Levasseur dos ramos produtivos a serem desenvolvidos pelo país repetem e reforçam a imagem de país tropical, atrelado a explorar suas riquezas naturais, minérios e florestas, ocupando um lugar na divisão internacional do trabalho bastante determinado: um país marcado pela economia agrário-exportadora, com vocação agrícola inequívoca e, nesse sentido, longe da imagem que os próprios brasileiros envolvidos no projeto buscavam projetar.

## ***Le Brésil em 1889***

Santa-Anna Nery, paraense radicado em Paris, encarregou-se de organizar o volume *Le Brésil en 1889*, obra de 25 capítulos e mais de seiscentas páginas sobre temas variados como “população, território, eleitorado”, “comércio e navegação”, “imprensa”, “arte”, “finanças”, “trabalho servil e trabalho livre”, “imigração”, etc. Diferentemente de *Le Brésil*, cuja autoria é de responsabilidade de dois autores principais, Levasseur e Rio Branco, este livro é muito mais heterogêneo, reunindo artigos assinados por 18 autores diferentes, de origens e filiações políticas diversas. Além do próprio Santa-Anna Nery, que assina sete artigos além da introdução da obra, o livro reúne nomes como o de Rio Branco, André Rebouças, Eduardo Prado, Amaro Cavalcanti, Barão de Tefé, Ferreira de Araujo. Dentre esses, há desde monarquistas convictos, muito próximos ao imperador e ao regime político imperial - que se negariam a aderir ao regime republicano - até monarquistas de ocasião, participantes momentâneos dessa peça de propaganda do Brasil monárquico na Europa, mas que se tornariam a seguir republicanos entusiasmados. Esse fato, como veremos, reflete-se no conteúdo do livro, onde se notam discrepâncias importantes de opiniões e projetos de país. Também do ponto de vista formal o livro é heterogêneo, contendo desde textos muito pontuais e curtos, com menos de dez páginas, até contribuições de maior fôlego, com mais de 80 páginas. Nesse último caso estão dois artigos: o esboço da história do Brasil, do barão do Rio Branco, e um detalhado trabalho sobre as zonas agrícolas brasileiras, assinado por André Rebouças.

O nosso objetivo, nesta parte do texto, será mostrar, em um primeiro momento, os temas predominantes e o retrato do Brasil que emerge da obra *Le Brésil en 1889* – um Brasil parecido com o retratado em *Le Brésil*, porém com algumas diferenças de ênfase. Em um segundo momento, procuraremos mostrar algumas vozes dissonantes, discrepâncias presentes no livro que mostram que aquele retrato de Brasil não era, afinal, tão fortemente compartilhado quanto a introdução de Santa-Anna Nery quer fazer parecer.

A introdução, de fato, procura desde as primeiras páginas imprimir o tom geral do livro: “ O Brasil veio a Paris não para se impor, mas fazer a velha Europa constatar que ele não é indigno, pelos progressos que realizou, de entrar mais profundamente ainda no

concerto econômico dos grandes Estados. O Brasil veio a Paris (...) sobretudo para transmitir confiança a todos aqueles que estiverem prontos a escolhê-lo como sua nova pátria, levar para lá seu trabalho e fazer frutificar seus capitais” (1889, p. X e XI). A abolição marcara a “entrada definitiva do povo brasileiro na civilização”; imigração, desenvolvimento dos meios de comunicação e transportes, progressos na agricultura, indústria, comércio, economia, ciência, tudo indicava a prosperidade do país e a perspectiva de um futuro grandioso.

Ao longo dos 25 capítulos do livro, cada um desses assuntos é abordado, procurando mostrar ao mundo o Brasil como um país promissor, terra de oportunidades. Vejamos os principais pontos do retrato do Brasil que emerge da obra.

- a- ***A natureza privilegiada.*** Assim como em *Le Brésil*, os aspectos físicos e geográficos do país são elogiados em vários artigos do livro: as dimensões continentais do país, a fertilidade de seu solo, as suas riquezas minerais, seu clima variado, seus rios abundantes, etc.
  
- b- ***A abolição como marco civilizatório.*** É muito forte, na obra – mais do que no *Le Brésil* - o tema da abolição como verdadeiro marco civilizatório do Brasil. Com a abolição, os últimos entraves ao país rumo à civilização e ao progresso teriam sido removidos. Não só na introdução e nos artigos diretamente dedicados à questão da mão de obra, como em diversos outros esses tema aparece. No texto sobre finanças, por exemplo, Amaro Cavalcanti sustenta que a abolição marca o início de uma nova vida para o país. A marcha crescente dos gastos públicos do Estado seria sinal dessa nova era, em que o governo estaria preocupado em investir em subsídios à indústria, à imigração, à colonização nacional. A sabedoria do governo, com suas medidas econômicas e monetárias, teria evitado uma possível crise advinda da abolição e vinha impulsionando o progresso.
  
- c- ***Imigração- a formação do povo brasileiro.*** Ao lado do tema da abolição, o da imigração está presente na maioria dos capítulos do livro. Dois textos tratam mais profundamente o tema - o de Eduardo Prado (“Immigration”) e o de André Rebouças (“Les zones agricoles”) -, mas ele perpassa a grande maioria dos

artigos (sobre população e eleitorado, destacando o escasso povoamento do país; sobre mineralogia, sobre agricultura, sobre finanças, mostrando o Brasil como terra de oportunidades; sobre arte, enfatizando a importância da imigração para o progresso nesse terreno, sobre meios de comunicação e transporte, etc.) . A questão de fundo, envolvida nesse tema, é a da formação do povo brasileiro, presente também em textos de maior fôlego como o de Rio Branco (“Esboço da história do Brasil”). A figura do imigrante, desenhada, como veremos, em diferentes matizes, é agente do progresso e da civilização, vindo modificar quantitativa e qualitativamente o perfil do povo brasileiro.

- d- ***O progresso do Brasil*** – O tema do progresso ou, em termos também muito usados no livro, o do desenvolvimento material e moral do país, é central no retrato do Brasil que emerge da obra. Tema este, aliás, muito associado aos dois anteriores, o da abolição e da imigração. Nos capítulos sobre finanças, sobre bancos, comércio, arsenais da marinha, instrução pública, estradas de ferro, instituições agrícolas – em todos ressalta-se o progresso já alcançado e, mais ainda, em vias de ser multiplicado pelo Brasil. Mais do que em *Le Brésil*, a indústria - e não só a agricultura - aparece como um dos pilares desse progresso. No capítulo sobre arsenais da Marinha, por exemplo, o capitão da Marinha Alves Barbosa ressalta que o governo pretende aumentar as forças navais e reorganizá-las “segundo as exigências da tática moderna” e, para isso, está decidido a dar impulso à sua produção de ferro, para não mais comprar sua matéria-prima no exterior. A falta de bons operários a custos razoáveis, por sua vez, já vinha sendo suprida com o ingresso maciço de imigrantes.
- e- ***A estabilidade das instituições monárquicas*** - A estabilidade das instituições do Segundo Reinado é, em vários momentos do livro, lembrada e valorizada. Como contraponto, mencionam-se ocasionalmente as turbulentas repúblicas da América do Sul. No capítulo sobre a organização judiciária brasileira, por exemplo, a centralização operada no início de Segundo Reinado é elogiada como mais compatível com a necessidade de ordem do país. Na história política do Brasil

narrada por Rio Branco, a tônica é a mesma: a centralização administrativa e política da monarquia como garantia de ordem e pré-requisito para o progresso.

- f- *O elogio ao imperador*. A presença de D. Pedro II, é vista, em grande parte do livro, como o próprio cimento da nacionalidade: o imperador encarna o povo brasileiro, sua unidade e seu vínculo com a civilização européia. Em vários artigos (como por exemplo no de Rebouças sobre zonas agrícolas, no de Rio Branco sobre a história do Brasil, no de Eduardo Prado sobre imigração, no de Santa-Anna Nery sobre trabalho servil e trabalho livre, no de Ladislau Netto sobre o Museu Nacional), a figura do Imperador emerge tanto como ator central da manutenção da unidade e da paz, quanto como agente da transformação e do progresso do país.

Esse retrato do Brasil que aparece desde a introdução e se desdobra na grande maioria dos artigos do livro, no entanto, deixa entrever algumas discrepâncias, algumas visões e projetos políticos divergentes entre si. Isso reflete aquela heterogeneidade já mencionada acima, diferente da unidade de pontos de vista presente em *Le Brésil*. Daremos aqui dois exemplos que mostram claramente a presença dessas vozes dissonantes na obra *Le Brésil em 1889*. O primeiro refere-se ao tratamento dado à imigração por dois dos autores do livro, Eduardo Prado (cap. XVI) e André Rebouças (cap. VIII). O segundo, a um pequeno artigo do jornalista Ferreira de Araújo sobre a imprensa, marcadamente crítico em relação às instituições imperiais (cap. XVII).

O texto do engenheiro André Rebouças sobre as zonas agrícolas tem um tom fortemente normativo. Ao longo do artigo, fica clara a defesa de um modelo de imigração que não poderia ser desvinculado de uma reforma profunda na estrutura agrária do país, com o parcelamento da propriedade rural e a atração da figura do imigrante-proprietário. Para Rebouças, caberia à monarquia continuar e aprofundar as reformas, já que a figura do Imperador era central para vencer as resistências da elite agrária brasileira<sup>6</sup>. Eduardo Prado, por sua vez, faz uma narrativa sobre a imigração que passa longe de qualquer necessidade de mudança da estrutura agrária do país. Ao contrário de Rebouças, por

---

<sup>6</sup> Nesse ponto, Rebouças se aproximava do seu grupo da geração 1870, os novos liberais, que defendiam a realização de reformas sociais (especialmente a emancipação da escravatura) sob a égide do Imperador. Ver Alonso, 2002.



exemplo, louva as iniciativas dos grandes proprietários rurais que, no passado, trouxeram imigrantes para trabalhar em suas terras. À “democracia rural” proposta por Rebouças, Eduardo Prado opõe uma visão bastante conservadora da estrutura social do país. Para ambos, a imigração traria o progresso do país, impulsionada pela mão forte do imperador. Mas o “progresso” de Rebouças não era, absolutamente, o mesmo de Eduardo Prado.

O segundo exemplo de dissonância no livro está num surpreendente artigo de Ferreira de Araujo, editor da *Gazeta de Noticias*, do Rio de Janeiro. O texto curto, de apenas nove páginas, destoa completamente dos demais artigos do livro. Destoa também do artigo escrito por Rio Branco em *Le Brésil* sobre o mesmo tema, a imprensa no Brasil. Tomando como mote esse tema, Ferreira de Araujo aproveita para fazer críticas ásperas às instituições do Império. Denuncia a desorganização e a inconsistência dos partidos políticos, que não fariam jus ao nome – o Partido Conservador tomara várias medidas liberais e modernizadores, enquanto o Partido Liberal destacara-se, em vários momentos, por posturas conservadoras. A crítica se estende também ao sistema representativo do Império, já que “O Brasil está longe de mandar à Câmara verdadeiros representantes da vontade nacional” (1889, p. 510); a maioria da Câmara, diz ele, representa somente a vontade do governo. Por isso, a escolha dos deputados e a nomeação dos funcionários recaem, frequentemente, “não sobre os mais capazes, mas sobre os mais úteis”. Nem mesmo o Imperador escapa à pena do jornalista: a atribuição da Câmara de derrubar os governos é platônica, afirma ele; o imperador escolhe sempre para compor o governo “quem bem lhe parece”. Ao contrário das províncias, onde só existiria imprensa política, no Rio de Janeiro encontrar-se-iam jornais neutros, dentre os quais a *Gazeta de Notícias*. No fim do texto há uma menção ao papel dos jornalistas como organizadores das comemorações da abolição e do centenário da Revolução Francesa.

Diferente de *Le Brésil*, obra melhor resolvida como peça de propaganda do Império, *Le Brésil en 1889* deixa entrever que o retrato do Brasil e sobretudo o projeto de futuro que o livro tinha a intenção de mostrar para o público externo e interno, naquele curto período entre a abolição e a república, era menos consensual do que desejariam os seus organizadores. Não causa espanto que o jornal dirigido por Ferreira de Araujo, naquele mesmo ano de 1889, saudasse com entusiasmo o advento da república.

## **Bibliografia**

- ALONSO, Angela. (2002). *Ideias em movimento: a geração 1870 na crise do Brasil- Império*. São Paulo: Paz e Terra.
- BARBUY, H. (1993). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: MP/USP, v. 1, nº 1, p. 297-304. Resenha de: SCHROEDER-GUDEHUS, B.; RASMUSSEM, A. *Le fastes du progrès: le guide des Expositions universelles 1851-1992*. Paris: Flammarion, 1992.
- COSTA, W. P. A. (2005). “Independência na historiografia brasileira”. In: JANCSÓ, I. *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp.
- FERREIRA, G.N., FERNANDES, M.F.L. & REIS, R.R. (2010). “‘O Brasil em 1889’ um país para consumo externo” in: *Revista Lua Nova*, n. 81.
- GREMAUD, Amaury P. (2011) “As finanças brasileiras na Exposição Universal de Paris em 1889”. (mimeo)
- LEVASSEUR, Émile. (2000) *O Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Bom Texto Letras & Expressões.
- PESAVENTO, S. J. (1994). “Imagens da nação, do progresso e da tecnologia: a Exposição Universal da Filadélfia de 1876”. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: MP/USP, v. 2, nº 1, p. 151-168, jan/dez.
- RIO BRANCO, M. (1957). *Correspondência entre D. Pedro II e o Barão de Rio Branco (1889 a 1891)*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SANTA-ANNA NERY, M. F. J. (dir). (1889). *Le Brésil en 1889*. Paris: Ch. Delagrave/Syndicat du Comité Franco-Brésilien.
- SCHUMPETER, Joseph A. (1994) *Historia del Análisis Económico*. Barcelona: Ariel.